

ATA N.º 4/2017:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2017:

No dia quinze de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, na sala da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó (freguesia de Marateca), reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Adília Maria Prates Candeias, Adilo Oliveira Costa, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho e Maria Rodrigues Loureiro Dias Justino.

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 2.ª Alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020

PONTO 2 – Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área da engenharia geográfica

PONTO 3 – Processo de delimitação administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Lares Ferroviários

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à União Social Sol Crescente da Marateca

PONTO 6 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo

PONTO 7 – Tarifa de inscrição no 15.º Curso sobre Ordens Militares

PONTO 8 – Hasta Pública – Atribuição de direito de ocupação de espaços de venda do Mercado Municipal de Palmela (n.º 6 e n.º 14)

PONTO 9 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa com a explicação de que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e a Ordem do Dia.

SEMANA DEDICADA À FREGUESIA DE MARATECA

O **Sr. Presidente** menciona que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a '*Semana das Freguesias*'. A semana dedicada à freguesia de Marateca decorre de 13 a 17 de fevereiro de 2017. A programação é a seguinte:

Durante a manhã de ontem foram analisados os projetos em curso, os recém-realizados e aqueles que estão programados na freguesia. Foi discutido o conjunto de investimentos previstos no âmbito de candidaturas para o Portugal 2020, mas também duas obras que a Câmara concluiu recentemente, no âmbito da rede viária.

Foram abordadas algumas patologias na Escola de Cajados e a Câmara informou também sobre um conjunto de outras pequenas obras que irá fazer, em parceria com a Junta de Freguesia naquele local. Uma das questões mais prementes, que tem sido objeto de trabalho e ainda continua a ser esta semana, com as equipas técnicas da Divisão de Obras Públicas e da Divisão de Educação, diz respeito à solução de alteração do piso do logradouro exterior da escola de Cajados entre outras pequenas melhorias que já rondam os 14 mil euros e que já foram efetuadas, nestes últimos meses, naquela escola.

A autarquia teve a oportunidade de dar conta também de elaboração de um estudo para a qualificação e arranjo paisagístico da entrada poente da aldeia de Águas de Moura, junto ao espaço exterior do quartel dos Bombeiros. Esta intervenção será feita em dois tempos: uma estritamente de arranjo paisagístico e de embelezamento daquela entrada e outra, onde haverá certamente mais dificuldades e um calendário mais difícil de contratualizar, que passa por negociações com as Infraestruturas de Portugal, naquilo que diz respeito à Estrada Nacional 10, por causa daquele entroncamento que requer melhoria. Mas isso obedece a projetos, a pareceres e a negociações que vão certamente arrastar-se e, por isso, a autarquia irá tentar separar o arranjo paisagístico do tratamento do entroncamento rodoviário.

Foi dada nota também da intenção da requalificação das bermas, na Rua Calouste Gulbenkian, que é a na EN 5, que está definida numa das candidaturas feitas ao Portugal 2020, no âmbito da Requalificação da Baixa e Zona Comercial de Águas de Moura que, na prática, visa tratar as questões das acessibilidades (da possibilidade de as pessoas estacionarem e de irem também a pé ao comércio local), é esta a grande motivação para a candidatura; mas, na prática, para além dos rebaixamentos dos passeios nos acessos a passadeiras que já foram feitos no centro da aldeia, o que se pretende é que toda a Rua Calouste Gulbenkian venha a ter um pavimento

limpo e confortável na zona das moradias mais antigas, no troço poente da estrada e um passeio de ligação entre a Urbanização do Sobreiro Grande e o centro de Águas de Moura. Esse é um projeto que está em desenvolvimento, que terá de ser aprovado também pelas Infraestruturas de Portugal, onde apesar de não ser possível comprometerem-se com uma data, espera que a obra arranque ainda este ano.

Foi preparada a requalificação do edifício da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó. A autarquia tem trabalhado com a associação, já foi tratada toda a documentação, o contrato de comodato e, neste momento, o projeto já foi adjudicado para a requalificação deste equipamento que passa sobretudo por tentar, nesta 1ª fase, para a além de reabilitar algumas instalações de apoio, sanitários; passa, sobretudo, pela instalação de um espaço coberto aqui, neste logradouro, um pavilhão Multiusos que permita o desenvolvimento de outras atividades da coletividade, mas que visa, sobretudo, dar outras condições logísticas permanentes para a mostra de vinhos e tudo aquilo que se pretende fazer no âmbito do Centro Rural Vinho. Este será projeto importantíssimo que a autarquia quer que se concretize nos próximos meses e todos estão a trabalhar para que isso possa ser uma realidade, embora a candidatura seja para ser feita até que final de Maio, mas o objectivo é fazê-la antes e levá-la já a candidatura, com o chamado grau de maturidade e de projeto de lançamento da empreitada que é quase também uma outra garantia mais reveladora da importância do projeto e certamente será aprovado.

A Câmara falou também do projeto de arranjos exteriores em Águas de Moura, em que se pretende nestes espaços exteriores paralelos ao apeadeiro, quer a Norte quer a Sul, neste outro troço nas traseiras do apeadeiro, requalificar, tratando esta zona de estacionamento, colocar mobiliário urbano e alguma arborização que dê outro embelezamento a um apeadeiro que se pretende que volte a ser usado, como já houve experiências este ano, no âmbito até de deslocações de viagens específicas destinadas a um público que gosta do enoturismo, porque já houve viagens específicas de comboio até aqui, trazendo visitantes para esta região, para as adegas, pelo que se espera que este espaço fique também nas melhores condições. Este projeto também será divulgado à população, mas é sempre um projeto que só poderá arrancar depois do Verão.

A Câmara tentará trabalhar em conjunto com a União de Freguesias, para voltar a pôr a funcionar as bombas daquele lago junto à Igreja de Águas de Moura e ao sobreiro, naquele espaço ajardinado. Há ali um problema elétrico que já queimou 2 bombas, e terá que ser arranjada uma solução, porque não pode, de facto, continuar assim, deverá estar a funcionar antes do Verão.

Foi feita uma avaliação do desempenho da União de Freguesias, no que diz respeito ao exercício das competências delegadas, ou seja, aquilo que está descentralizado na junta. Houve, de facto, melhorias muito significativas, a área em que havia mais preocupações foi na

recolha de monos, mas desde o momento em que houve uma revisão dos circuitos e o reforço dos meios, foram registadas melhorias e isso é visível logo até pela estatística das reclamações.

A Câmara informou a União de freguesias da posição do município transmitida à Direcção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito de um inquérito acerca do funcionamento das uniões, onde considera que não houve aí nenhuma melhoria do trabalho para as populações e, portanto, foi dado nota do parecer desfavorável à continuação de uma união de freguesias. O executivo gostaria que houvesse vontade política para, através de propostas legislativas, rapidamente as freguesias voltassem a ter a sua autonomia e identidade própria.

A União de Freguesias solicitou a disponibilidade do município para, rapidamente, começar a trabalhar no plano técnico sobre as questões das obras do cemitério. Há uma parte que parece relativamente simples e há disponibilidade para apoiar a União de Freguesias, nesse sentido, que é para a área que foi cedida a poente. Mas, de facto, a zona que foi dada a nascente, implica um trabalho de engenharia complexo, de contenção de terras daquele morro para que depois possam, de facto, tirar maior partido possível da área que foi cedida, para alargar a capacidade do cemitério da freguesia.

À tarde o executivo esteve no Centro Comunitário de Águas de Moura, numa reunião de trabalho interna, que visou, sobretudo, junto dos técnicos de diversas áreas, clarificar a programação para este ano, não só em termos de oferta cultural e desportiva, para além das associações residentes (porque há lá atos com frequência: aulas de zumba todas as semanas, vai passar a haver oferta de uma arte marcial também todas as semanas), alargar também e diversificar o leque de oferta de atividades e, por isso, há propostas, desde a área social, à cultura, ao desporto, à juventude, às bibliotecas. Será alargada a oferta e continuarão a disponibilizar, porque até existem outras instituições sociais que utilizam o Centro Comunitário. Mas o principal não foi a programação, foi o acordo (porque isto os anos passam e os projetos começam a ser feitos e depois não correspondem bem às expectativas) quanto ao programa preliminar e à forma de afetar espaços e o tipo de obras que deverão ser feitas. Ficou claramente definido que a parte das traseiras funcionará como espaço multifuncional, seja ele ocupado por teatro, marchas, atividade desportiva, espetáculos ou seja aquilo que for; e a parte da frente vai, de facto, dar lugar à parte mais nobre, ao alojamento da biblioteca e de um centro de recursos para a juventude, porque a freguesia também tem de ter essa oferta, haja muitos ou poucos jovens, a oferta existindo alterará também a dinâmica.

A manhã de hoje foi dedicada a visitas e ao reconhecimento da concretização dos projetos e compromissos anteriormente assumidos, bem como à análise de pequenos aspetos e melhorias que fazem sempre falta. Os locais visitados foram os seguintes:

- Rua José dos Santos Tereso, onde foi feita uma pavimentação que ultrapassou os 45.000,00€.
- Adega Monte Carreira, porque para a Câmara é muito importante visitar aquelas adegas de renome internacional, mas é importante acarinhar também outros produtores mais pequenos,

que continuam por tradição familiar dedicados à vitivinicultura. Têm as suas marcas próprias, têm feito investimentos na melhoria da sua produção, na melhoria das suas condições de trabalho. Quando não têm marca própria, também vendem vinho para enriquecer o vinho de outros produtores vizinhos. Os vinhos Monte Carreira, para além de serem conhecidos por serem “bombas” muito fortes, pertencem a uma das adegas que tem também uma postura de responsabilidade social, muito amiga dos ranchos folclóricos, das coletividades, das festas. Está sempre disponível para participar, oferecendo os seus vinhos para aquilo que for necessário.

- Rua 9 de Março, na zona de Vale da Abrunheira, uma reivindicação antiga, pois em 2009 só tinha sido feita metade, por assim dizer. Foi um investimento de mais de 168.000,00€, mas que é uma estrada extensa, com cerca de 90 entradas para terrenos particulares (que é uma guerra, pois toda a gente quer aquilo alcatroado até à porta, mas não pode ser. Cada um, depois trata até aos seus muros.). É uma estrada segura, bem sinalizada, o pavimento está bem feito e confortável e com trânsito, porque é uma grande escapatória para quem quer ir para a estrada nacional 10 e outros destinos.

- Centro Comunitário de São Pedro, uma estrutura da Cáritas Diocesana de Setúbal. A autarquia, em 2015 cedeu a antiga escola de Cajados para a dinamização das respostas sociais deste centro comunitário. O espaço está muito bem cuidado, tem dinâmica, tem as respostas sociais a famílias a mulheres e crianças; e é uma resposta cada vez mais especializada para pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica, que também vão desde o apoio escolar ao acompanhamento de crianças e jovens e das suas expectativas.

- Sobreiro de Águas de Moura – o “Assobiador” onde havia o comprometimento de fazer um projeto que valorizasse o espaço, que protegesse, que divulgasse e que lhe atribuisse outro enquadramento paisagístico. O espaço corresponde às expectativas de muitas das pessoas de Águas de Moura, tem um ginásio ao ar livre ali também associado que vem favorecer a fruição. Mas o município está a trabalhar na divulgação daquele bem, no sentido de o incluir no circuito dos exemplares com valor natural e monumental (roteiro europeu). Será instalada sinalética que diz precisamente “Sobreiro Monumental” e essa sinalética ainda não está colocada apenas por atrasos da empresa na entrega, mas também, porque a autarquia tem mais uma vez que negociar junto das Infraestruturas de Portugal, a colocação de placas em ruas que, apesar de serem da localidade, são estradas nacionais. Foi um investimento, entre a empreitada, sinalética e outras, que ultrapassou os 16.000,00€ mil euros.

- “Agrosilvestre”, em Fernando Pó, que é bem conhecida pelos vinhos da moagem. Houve a oportunidade de ver e provar o novo D.O da casta Castelão de excelente qualidade, mas sobretudo o prazer de visitar a informação sobre aquela que é uma das principais atividades, senão mesmo a principal atividade da empresa, que é a comercialização das Pinhas (em que puderam assistir à fase do carregamento para a exportação para a Turquia). Nesta empresa, a vitivinicultura surgiu em 2008, com a aquisição de uma vinha e a implantação de uma adega. Este ano vão continuar a plantar mais vinha e tentar aumentar o portfólio de vinhos de

qualidade, mas esta questão das pinhas ainda pode vir a dar que falar no futuro, porque é exportada, mas se for possível ser transformada em Portugal, o valor dessa transformação também vai ficar cá, (porque a pinha tem um valor comercial elevadíssimo).

Amanhã haverá uma reunião de trabalho, sobre a Escola Cajados, entre os serviços para definir algumas prioridades. Na sexta-feira serão feitos os atendimentos e conferência de imprensa à tarde.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público, e refere que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à sua intervenção. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. José Rui, Presidente da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó (1.)

Refere que vão iniciar obras no ringue, mas o edifício também está a precisar urgentemente de obras, uma vez que há infiltrações. Apesar de irem ser feitas casas de banho na parte nova, as do edifício também precisam de obras.

Questiona se o estacionamento à frente também vai ser arranjado, se está em projeto.

Enquanto vitivinicultor questiona a legislação referente à EPTAR (estações de pré tratamento de águas residuais das adegas).

Informa que já chamou a atenção anteriormente para a falta de manilhas e para as valetas abertas, que entre 2015 e 2016 deram origem a cinco despistes.

Chama a atenção também, para o facto do camião com a grua ter batido num sobreiro, na estrada de Fernando Pó.

Sr. Helder Oliveira (2.)

Refere que é residente na Rua José dos Santos e agradece à Câmara pela intervenção que foi feita na rua, mas deixa uma nota, todos os moradores da rua ficaram com o acesso à habitação asfaltado, menos ele.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Múnicipes, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta ao Sr. José Rui (1.), o **Sr. Presidente** refere que trata-se de uma candidatura a fundos, que tem de ter uma determinada fundamentação e para fazer a requalificação de toda

a área, o valor da candidatura não era suficiente. Sabe que a prioridade é o pavilhão e é aliás uma das coisas até mais pesadas, financeiramente. Portanto, a candidatura consiste sobretudo neste pavilhão multiusos e naturalmente nos equipamentos de apoio sanitário para deficientes, masculinos e femininos, em devidas condições, cumprindo todas as normas técnicas.

Para aspetos de reabilitação das coletividades, existe um regulamento de apoio ao movimento associativo, que este ano bateu o recorde de candidaturas, para atividade, para obras e para equipamento. Portanto, para pequenas obras de beneficiação e conservação, espera que se tenham candidatado, porque essas obras podem ser feitas com esse apoio.

O projeto de arranjos exteriores será divulgado preferencialmente durante a Mostra, nem que seja com painéis. O projeto de arranjos exteriores só poderia mesmo acontecer no período do Verão e está preparado financeiramente, mas para isso, no plano técnico a autarquia quer primeiro validar o projeto com a Associação.

Sobre a questão das manilhas, a Câmara vai mandar o encarregado, o Sr. Marco Reis, sendo que os despistes não são só provocados por isso. Será melhorada a sinalização horizontal, para servir de aviso a quem vai ali um bocadinho mais distraído na condução.

Quanto aos sobreiros, a Câmara vai tentar que alguém notifique o proprietário para proceder ao desbaste. Aproveita para relembrar o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que deve insistir com a EDP, uma vez que há um conjunto de luminárias a melhorar naquela zona.

Quanto ao licenciamento das ETAR dependem do preenchimento de um conjunto de requisitos, que estão definidos por lei e que depois requerem pré-licenciamentos e acompanhamento da Agência Portuguesa do Ambiente. É um processo complexo ao ponto de haver outros vitivinicultores que já desistiram e que já estão a pensar em licenciar outro tipo de ETAR compactas com o devido licenciamento na Agência Portuguesa do Ambiente para entrega no meio do recetor natural, ou, seja nas linhas de água, devidamente tratada e fiscalizada.

Há um regulamento, que ficou de ser feito pela SIMARSUL em 2012, com as percentagens dos fenóis e daqueles produtos todos que são detetados nos afluentes. Esse regulamento chegou a ser entregue na altura, ao Ministério do Ambiente para validação, mas não foi ainda publicado.

Este mandato, a autarquia fez uma alteração ao regulamento em que colocou os níveis já superiores, mas de acordo com o regulamento da SIMARSUL, porque o regulamento do município, que tem a rede em baixa dos esgotos, tem que estar de acordo com o recetor, que tem a rede em alta, que é a SIMARSUL. Há uns anos, o regulamento municipal era um bocadinho mais restritivo, neste momento, os regulamentos estão equiparados, falta a aprovação e homologação por parte de tutela.

Este assunto do regulamento, será evidentemente discutido novamente, agora que a tutela voltou novamente à SIMARSUL, com quem a autarquia tem uma maior relação de proximidade.

_ Em resposta ao Sr. Helder Oliveira (2.), o **Sr. Presidente** congratula-se com o facto de reconhecer que a autarquia cumpriu o compromisso. A questão das entradas é pertinente, porque também já ouviu outros comentários sobre esse assunto. O que tem estado a ser definido em todas as empreitadas é, fazer uma tira de 50 centímetros. No entanto, aquilo que foi feito, terá sido feito, a expensas dos próprios particulares. Portanto, o empreiteiro terá tratado diretamente com as pessoas, para além do meio metro que cumpria fazer na empreitada da Câmara, cada um dos particulares contratualizou com o empreiteiro esses trabalhos adicionais.

Volta a ser dada a palavra ao Público. Intervêm:

Sr. Duarte Pedroso (3.)

Refere que a estrada tem sido arranjada e tem sido alterada e agora as casas e os quintais, estão mais baixos que a estrada. Quando a câmara mandou arranjar os passeios entre a estrada e as casas, desde a Adega do Figueiredo até ao cruzamento, a obra foi feita de forma a não ir toda parar à última sarjeta. Da forma como foi feito, fez com que o seu quintal ficasse inundado. Refere igualmente uma outra situação semelhante, relativa a uma conduta de água perto da passagem de nível.

Sr. José Pedro (4.)

Refere que reside na Rua no Futuro, em Águas de Mouro há pouco tempo. Tinha já informado a Junta que a placa toponímica estava caída e os serviços resolveram o problema.

Os sumidouros daquela estrada estão entupidos, pelo que sugere que se coloque uma sarjeta do outro lado, para impedir a acumulação das águas. Sugere, também, que nessa rua bem acentuada, levasse algumas pequenas lombas nessa pequena vala, para evitar a queda de areias.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Municipais, são prestadas as seguintes explicações:

_ Em resposta ao Sr. Duarte Pedroso (3.), o **Sr. Presidente** refere que isso requer, naturalmente, uma avaliação técnica. Eventualmente o levantamento topográfico, fazer as quotas e ver se a solução é rebaixar para ir para o sumidouro ou se é fazer um outro sumidouro ligado ao atual, que é uma solução de bypass às vezes utilizada.

_ Em resposta ao Sr. José Pedro (4.), o **Sr. Presidente** refere que a autarquia pode promover a limpeza dos sumidouros com o apoio da União de freguesias, que têm também esses aspetos no âmbito da delegação de competências. Mas, de facto, se é necessário outra solução para a drenagem, é necessário ir ao local e também ver qual a melhor solução técnica.

Isto tem de ver com as características do território, mas de facto, há zonas que se forem feitos os atravessamentos hidráulicos e as respetivas caixas de retenção de areias, o assunto pode ser minimizado. Requer uma ida ao local, estudar a intervenção e tentar fazer por administração direta.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. Moção (Alargamento da rede escolar ao ensino secundário no Agrupamento de Escolas José Saramago).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da Moção no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à apresentação da Moção:

MOÇÃO (Alargamento da rede escolar ao ensino secundário no Agrupamento de Escolas José Saramago)

"O Agrupamento de Escolas José Saramago, no concelho de Palmela, tem-se constituído como uma instituição de referência, cuja passagem de agrupamento horizontal para agrupamento vertical veio ao encontro das necessidades e expectativas no que diz respeito ao prosseguimento dos estudos da população juvenil.

A criação dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, servindo as freguesias de Poceirão e Marateca, veio contrariar o insucesso escolar e contribuir para a fixação de famílias mais jovens, nestes territórios rurais. Essa era, aliás, a convicção dos órgãos autárquicos, da comunidade educativa e população que reivindicou, ao longo de anos, a nova escola.

O alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos leva agora a que os alunos tenham de se deslocar para escolas de Palmela, Pinhal Novo e Setúbal, entre outras, para concluírem os seus estudos secundários. Atualmente, são 84 os alunos que frequentam o 9.º ano de escolaridade da EB 2/3 José Saramago e que estarão nesta situação, no próximo ano letivo.

A possibilidade de concluírem a escolaridade obrigatória no seu local de residência beneficiaria o desempenho e aprendizagem destes alunos que, de outro modo, terão de efetuar, diariamente, um mínimo de 30 quilómetros, saindo muito cedo e chegando muito tarde a casa, sujeitando-se à escassa e, por vezes inexistente, rede de transportes, com os naturais prejuízos que daí decorrem.

Com o alargamento da rede ao ensino secundário, o Agrupamento de Escolas José Saramago tem condições de criar uma oferta educativa específica e enquadrada nas atividades socioeconómicas da região. Ou seja, dispõe de recursos físicos, materiais e humanos, que possibilitam a continuidade dos estudos aos alunos, próximo das famílias, e potenciam a fixação futura na sua área de origem.

Assim, a Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão pública, em Fernando Pó, a 15 de fevereiro de 2017, **delibera**:

- Solicitar ao Ministério da Educação o alargamento ao ensino secundário do Agrupamento de Escolas José Saramago, a partir do ano letivo 2017/2018;
- Enviar a presente Moção às seguintes entidades:
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - Primeiro-ministro
 - Ministro da Educação
 - Secretária de Estado Adjunta e da Educação
 - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsT)
 - Conselho Metropolitano de Lisboa
 - Assembleia Municipal de Palmela
 - Juntas de Freguesia do Concelho
 - Conselho Municipal de Educação
 - Conselho Municipal de Juventude
 - Agrupamento de Escolas José Saramago
 - Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Saramago
 - Associação de Pais do Agrupamento de Escolas Marateca Poceirão (APAMP)
 - Comunicação Social.”

Sobre a Moção (Alargamento da rede escolar ao ensino secundário no Agrupamento de Escolas José Saramago) intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que a bancada do PS irá acompanhar e votar favoravelmente a moção, porque esta tem sido uma reivindicação dos Pais e Encarregados de

Educação destes alunos. No entanto, questiona se o espaço físico suporta a continuidade de mais 3 anos letivos.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que votará favoravelmente, pois é uma justa e justificada reivindicação, uma vez que são 84 alunos. Haverá sempre alunos, que por força das áreas que vão depois escolhendo, se calhar, vão ter de ir para fora da freguesia, mas de qualquer maneira, era importante que o grosso destes alunos conseguisse fazer a escolaridade obrigatória no Apuramento de Escolas José Saramago. O problema do espaço físico é importante, apesar das boas condições da escola.

O facto de algumas competências nesta matéria também poderem ser atribuídas às autarquias poderá ajudar a resolver este e outros problemas, mas votará favoravelmente, porque acha que é uma justa reivindicação e adequada ao caso concreto.

O **Sr. Presidente** refere que a câmara já tinha tido oportunidade de informar que no ano passado, em reunião com a Sra. Secretária de Estado, entre outras questões que dizem respeito ao concelho, esta matéria esteve em análise. Foram muito bem recebidas as propostas e as sugestões e até foram criadas expectativas, mas mais à frente foi divulgado, que se encontravam muito próximo da preparação do novo ano letivo e que dificilmente poderiam tomar uma decisão sobre uma questão desta natureza, em tempo útil. E, é por isso que este ano, atempadamente o executivo aborda o assunto.

Acredita que esta matéria não se resolve com a descentralização de competências, porque nesta matéria da rede escolar e da afetação do pessoal docente, também não está isso em cima da mesa para descentralizar. Será sim, possível haver uma maior intervenção dos municípios na definição de políticas educativas no âmbito do plano de ações locais, mas são situações substancialmente diferentes. Aquilo que está em cima da mesa, são questões mais complexas, nomeadamente, os municípios ficarem com a construção, conservação de escolas do 2º 3º ciclo e do secundário, portanto, com aquilo que o Estado central não consegue fazer, e depois com normas injustas, porque não se pode utilizar mais dinheiro do que aquele que o Estado Central já utilizava, para não aumentar a despesa pública. A descentralização é um assunto demasiado sério que não pode ser tratado com ligeireza, porque senão é passar a batata quente para as mãos de outra entidade. Então o Estado Central não é necessário. Se a sua única função é legislar enquanto os municípios executar as suas políticas, isso não é uma descentralização do poder.

Mas nesta matéria, o que importa aqui sublinhar é que os partidos estão unidos e este pode ser um passo importante e decisivo para os alunos e para as famílias, para evitar um êxodo.

É expetável que o Ministério da Educação, que já criou expetativas o ano passado, venha ao encontro daquilo que é a vontade do município e expressa pela unanimidade das declarações que já aqui foram feitas.

Submetida a Moção (Alargamento da rede escolar ao ensino secundário no Agrupamento de Escolas José Saramago) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Incêndio na Mitrena / Nuvem de fumo Sapec** – O **Sr. Presidente** refere que na sequência do incêndio na Mitrena, o serviço municipal de Proteção Civil contactou o CDOS e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Setúbal, no sentido de perceber o que se estava a passar, desde logo, e sobretudo para desenvolver ações de monitorização da dispersão da nuvem na zona sul do concelho, em particular, junto às escolas de Aires, Brejos do Assa, Lau e Jardim-de-Infância das Lagameças. Durante essa manhã foram obtidas as informações de que não seriam necessárias medidas extraordinárias a adotar nesse período ou de evacuação de estabelecimentos de ensino. Os agrupamentos escolares foram informados daquilo que se estava a passar e apesar de não haver sinal de alarme, foram dadas as recomendações que são normais nestas circunstâncias, que foi manterem as janelas fechadas e evitar a realização de atividades ao ar livre.

A autarquia tomou a iniciativa de contactar várias entidades, como o IPMA, durante essa manhã que informaram o sentido de orientação do vento, inicialmente a Sul (até cerca das 15 horas) e depois aumentaria de intensidade e mudaria para a direção Sul, Sudoeste. E, de acordo com a informação depois prestada pela Agência Portuguesa do Ambiente, os valores observados nas estações fixas de qualidade do ar decresceram significativamente, encontrando-se a situação controlada.

No período da tarde constatou-se um fenómeno, porque havia de facto, uma nuvem de fumo que passou e afetou o Concelho, na zona de Poceirão e Marateca. Foi feita uma deslocação ao local sempre na companhia também dos Bombeiros de Águas de Moura e GNR do Poceirão, por sugestão do Serviço Municipal de Proteção Civil. A direção do Agrupamento José Saramago decidiu encerrar as escolas devido à grande concentração de fumo, evitando a exposição prolongada dos alunos. O Jardim-de-Infância das Lagameças, a Escola Básica 1 e Jardim-de-Infância de Cajados, Poceirão 1/2/3, Jardim-de-Infância da Lagoa do Calvo, no total de 696 alunos, tudo funcionou lindamente. Apesar da hora, foi possível mobilizar transportes da autarquia e contactar famílias para que os alunos chegassem mais cedo a casa.

Houve, de facto, um trabalho intenso também da Divisão de Educação e Intervenção Social, para antecipar a questão do transporte.

Dá nota que os bombeiros do concelho também estiveram envolvidos no combate ao incêndio: Águas de Moura, Palmela e Pinhal Novo. No total das 3 corporações tiveram 20 bombeiros em atividade. No combate ao incêndio, houve 4 feridos ligeiros, 2 da Associação de Bombeiros de

Palmela, 1 da Associação de Bombeiros de Águas de Moura e um da Associação de Bombeiros de Pinhal Novo. Salienta-se, mais uma vez, a prontidão dos homens e mulheres dos corpos de bombeiros.

Entretanto este assunto foi chamado à colação devido a notícias na comunicação social que decorreram da Direcção-Geral da Saúde, por causa desta questão do incêndio, e que mantêm, de certa forma, algumas recomendações, porque se constata ainda a existência de alguns níveis elevados de enxofre no ar, na zona da Península de Setúbal. O conselho que a Direcção-Geral de Saúde faz à população, é manter os cuidados que já tinham ontem, que é evitar a exposição aos fumos, evitar fazer esforços ao ar livre, as crianças, os idosos e os doentes com problemas respiratórios e doentes do foro cardiovascular também são aconselhados a permanecer no interior dos edifícios com as janelas fechadas e a cumprir a sua medicação habitual.

Foi este o teor do comunicado, e não há indicações para que se fechem equipamentos, ou que se deixe de fazer a vida normal. Há que ter estes cuidados. Algumas destas recomendações também tinham um horizonte de aplicação de 12 horas. Amanhã às 8 horas da manhã já terão passado as 12 horas, pelo que se espera que a qualidade do ar normalize.

Hoje todas as entidades públicas, privadas, particulares que trabalham com crianças e idosos receberam o comunicado da Direcção-Geral de Saúde para terem esses cuidados.

• **Territórios rurais de baixa densidade – União das Freguesias de Poceirão e Marateca** – O **Sr. Presidente** refere que as freguesias de Marateca e Poceirão não foram integradas no Plano de Desenvolvimento Rural 2020, facto que penaliza estes dois territórios em matéria de discriminações positivas e aumento até da percentagem de apoios e fundos comunitários para diversas atividades que vão desde a agricultura ao social. O município, logo no momento, tomou posição, reuniu com o anterior Secretário de Estado sobre esta matéria, levou os dados e indicadores que comprovam que Poceirão e Marateca são territórios rurais de baixa densidade. A Câmara voltará a insistir sobre esta matéria, num pedido de reunião que será apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura. Esta questão é outra injustiça que está a ser feita nestes territórios rurais, que tem de ser corrigida. Para tal contribuiu também esta ideia peregrina, ironiza, da União das Freguesias, porque também unindo as freguesias num território com esta população, pôs em causa o conjunto de indicadores demográficos que levam à classificação das freguesias. Há fundamentação baseada no número de explorações agrícolas, na população, no número de aglomerados dispersos destas duas freguesias, nos quilómetros quadrados que estas duas freguesias têm (que são maiores que a generalidade, sendo que 70% dos concelhos deste país não têm esta dimensão) e, portanto, se derem atenção à fundamentação e ao documento que foi preparado, esta questão também deve ser corrigida.

• **Reunião de Câmara extraordinária – O Sr. Presidente** refere que irá haver uma reunião extraordinária de Câmara no dia 22 de fevereiro, às 17 horas, para aprovar rapidamente as cláusulas contratuais do empréstimo, na sequência da deliberação que deverá haver amanhã na reunião da Assembleia Municipal. Promete que será uma sessão breve para poderem dar seguimento a esta questão dos concursos das escolas.

• **Sessões temáticas “Álbum de família” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que há um conjunto de sessões temáticas que o município vai levar a efeito. As sessões temáticas têm por nome de “Álbum de família”, sendo que a 1ª destas sessões vai estar subordinada ao tema, o caminho-de-ferro e, vai realizar-se na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo. Esta iniciativa vai realizar-se na próxima sexta-feira e parte da projeção de algumas imagens que fazem parte do espólio municipal, para uma conversa com a população, onde se pretende a partilha de informação e memórias que permitam ampliar o conhecimento que existe sobre a riquíssima tradição ferroviária da vila de Pinhal Novo. Estas ações vão decorrer até abril para debater outros temas nomeadamente: “Origens”, a 3 de março; “Ofícios”, no dia 17 de março e “Movimento Associativo”, a 7 de abril. Acredita que estas iniciativas vão, certamente, contribuir também para o enriquecimento da historiografia local.

• **Warm Up “Março a Partir” – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que já no próximo dia 18, na Sociedade de Instrução Musical, em Quinta do Anjo, recebe a 2ª e última eliminatória do concurso de bandas amadoras de Palmela que o município está a promover, em parceria com associações juvenis, no âmbito do grupo de trabalho “Março a partir”. Esta 2ª eliminatória conta com a participação de quatro bandas da península de Setúbal, duas de Pinhal Novo, uma do Barreiro e outra do Seixal. Entretanto estão já apuradas duas bandas: uma de Setúbal e outra de Pinhal Novo, no caso, os projetos “Esfera” e o projeto “Mundo Escuro”, que participaram na 1ª e única eliminatória no passado sábado, na Sociedade Filarmónica Palmelense.

A final do concurso será no dia 4 de Março, no espaço “Contrafacção”, em Pinhal Novo. Para além de prémios monetários para os primeiros lugares e do prémio especial para a escolha do público, todos os finalistas terão direito a *live take* gratuito de 4 horas e a banda do concelho de Palmela melhor classificada representará o município no Festival da Liberdade, na edição deste ano. Num concelho que assume orgulhosamente a sua vocação, enquanto terra de música e de músicos, este projeto que antecede o “Março a partir”, do mês da Juventude sublinha a importância de todas as formas de expressão musical com propostas qualidade para os mais diferentes públicos.

• **Dia do animal de estimação assinalado no Centro de Recolha Oficial de Animais – A Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que o município assinala esta semana, o Dia Nacional do animal de estimação. As iniciativas vão realizar-se no Centro de Recolha Oficial de Animais em Palmela. Vai decorrer no sábado dia 18, entre as 10 e as 12h30m. O CROA vai estar de portas abertas à comunidade, para visitarem as instalações, interação com os animais e adoções também. Essa será mais uma iniciativa para combater o abandono de animais de estimação e promover o seu acolhimento nas famílias.

Desde o início do ano foram adotados 4 canídeos e é essa a expectativa também, de aumentar este número com esta mesma iniciativa.

O município está a promover a esterilização de felinos na comunidade, estando a ser já intervencionadas duas colónias em Pinhal Novo e estando outras duas em Palmela em preparação. Trata-se de um programa piloto em que a população de felinos é esterilizada para evitar a reprodução descontrolada, mantendo-se no local em que já habita, ao cuidado da comunidade. Por enquanto tratando-se de uma experiência, o projeto passa por alguma informalidade, podendo vir a evoluir para formas de compromisso comunitário e voluntário, para mais formais e logo mais promissores.

Questões colocadas pelo Sr. Vereador Pedro Taleço

• **Entrega de propostas de reunião de Câmara – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que tem recebido as propostas pouco mais de 24 horas em cima da hora. Com a devida tolerância e toda a margem possível, solicita, na medida do possível, que a autarquia se aproximasse mais do cumprimento do regimento, isto como é óbvio, sem deixar trabalho urgente por fazer.

• **Agregação de freguesias – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que compreende perfeitamente a intervenção do **Sr. Presidente** no que diz respeito à descentralização. Contudo está convicto que todo este processo irá decorrer com um amplo consenso e através de decisões que serão do primeiro interesse das autarquias e também do país.

• **Rotas do Sado – O Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a bancada do PS reconheceu os méritos de negociação que se fez com a CP em relação às Rotas do Sado e à descoberta das vinhas de Fernando Pó. Acrescenta que estão ainda mais expectantes em relação aos arranjos exteriores que compaginam estas intenções, em termos do que é a realidade do território.

Questiona, tendo em conta que esta rota que já está implementada, se tem havido ou não adesão ou se existe algum feedback em relação à adesão. Interroga também se a marcação é individual ou de grupos e se há ou não necessidade de encher uma carruagem.

Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:

_ Rota do Sado (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Taleço) – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que as Rotas do Sado estão, de facto, a decorrer. É uma 1ª experiência que se acredita que irá evoluir no tempo e levar até Fernando Pó, cada vez mais visitantes. A Câmara está a trabalhar com as Adegas no sentido de diversificar a sua oferta, ou seja, no sentido de criar mais iniciativas que possam contribuir para fixar aqui os turistas, cada vez que vão até Fernando Pó. A autarquia está também a trabalhar com a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e com a CP para alavancar a promoção destas rotas. Ainda não houve muita adesão por parte dos turistas, mas o projeto, com a sua evolução, irá naturalmente constituir-se como um sucesso. Esclarece que as pessoas podem inscrever-se individualmente nestas Rotas do Sado.

O **Sr. Presidente** refere que houve 4 ocasiões em que houve anúncio e difusão de programas específicos, sendo que duas delas se concretizaram. Não apenas de comboio, mas também em algumas de carrinhas, com um operador específico que tem feito esses passeios ao local, a visitação de algumas adegas, a degustação de alguns produtos e também algumas atividades tradicionais. Com a Primavera haverá certamente outras ofertas.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** volta a intervir dizendo que para além de operadores turísticos aqui do próprio concelho e da região que têm promovido esses passeios, há também operadores turísticos de Lisboa a promover estas visitas que é um sinal que muito apraz registar, pois há gente que acredita neste projeto e que estão firmemente envolvidos.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que toda a informação está contida na agenda de eventos, quer do turismo (em relação à comunicação da própria autarquia), quer da própria CP. Não encontra em lado nenhum a questão do número mínimo de 6 pessoas, o que poderá ser uma informação útil a incluir, até porque as pessoas organizam-se em grupos de amigos, em vez de serem surpreendidas num telefonema ou marcação.

O **Sr. Presidente** refere que aquando das visitas a uma das adegas, sentiu-se entusiasmo, porque acreditam neste projeto do Centro Rural Vinho e todas estas valências e propostas que estão a acontecer. Na mesma altura foi realçada a importância de ter uma papelaria e uma casa aberta com informação, com venda de produtos regionais que, no passado, não se acreditou que fosse ter sucesso. Faz falta este tipo de respostas aqui em Fernando Pó mas isso, de facto, quando complementado com um restaurante, produtos tradicionais, *merchandising*,

entre outros. Há todo um trabalho a fazer, mas que tem de ser com a mobilização dos próprios residentes, pois estas propostas e estas iniciativas não podem ser municipalizadas.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 1, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Paulo Pacheco, no período compreendido entre 08.02.2017 a 14.02.2017.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 06.02.2017 e 10.02.2017.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 08.02.2017 a 15.02.2017, no valor de 573.311,47 € (quinhentos e setenta e três mil, trezentos e onze euros e quarenta e sete centimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 3.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 14.02.2017, apresenta um saldo de 7.878.146,78 € (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e seis euros e setenta e oito centimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.117.823,72 € (sete milhões, cento e dezassete mil, oitocentos e vinte e três euros e setenta e dois cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 760.323,06 € (setecentos e sessenta mil, trezentos e vinte e três euros e seis cêntimos)

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 2.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.

PROPOSTA N.º DADO 01_04-17:

«A 2.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2016 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de diversas ações com dotações insuficientes e/ou com valores a definir, de modo a possibilitar o lançamento de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Inclusão de nova ação Mobilidade Sustentável nos Serviços Municipais, de modo a possibilitar a apresentação de candidatura a financiamento comunitário, destinado à aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias e de triciclos 100% elétricos para apoio à limpeza urbana;
2. Reforço da dotação da ação Conservação Permanente da Rede Viária, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal, cujo valor de encontra integralmente a definir;
3. Reforço da dotação da ação Repavimentação da Estrada Municipal 533 – Troço 3, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal, cujo valor de encontra integralmente a definir;

4. Reforço da dotação da ação Execução de Calçadas e Lancilagem, de modo a permitir o lançamento de novos procedimentos concursais.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição de dotação da ação relativa aos pagamentos a Transportes Escolares, cuja verba não será necessária utilizar nos primeiros meses do ano e que será reposta na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2016.

O valor desta alteração é de 338.021,00 € (trezentos e trinta e oito mil e vinte e um euros), e representa 0,74% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 2.ª alteração ao Orçamento de 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020.»

Sobre a proposta de 2.ª alteração ao Orçamento 2017 e Grandes Opções do Plano 2017-2020 numerada DADO 01_04-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** destaca algumas rubricas:

- No projeto, "Eu participo", no âmbito da Participação e Cidadania, um estudo que vai ser feito pelo Centro de Estudos da Universidade Católica e cujo protocolo vai implicar o pagamento de uma prestação de serviços no valor de 6.100,00€.
- Reforço para apoio a instituições, 5.300,00€.
- Obras coercivas, 5.000,00€.
- Limpeza de linhas de água, 15.000,00€.
- Pequenos reforços que têm que ver com o sistema de controlo de perdas de água, controlo de qualidade na área da captação, estações de tratamento e reservatórios.
- Projeto da reabilitação dos espaços exteriores nos logradouros nas traseiras da Rua 25 de Abril e na Rua Infante Dom Henrique, em Pinhal Novo, 15.000,00€.
- Requalificação do edifício-sede da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, na prática trata-se de adequar o orçamento (que é muito mais do que isto) à verba do empréstimo, no valor de a 10.000,00€.
- A Clássica da Arrábida. A autarquia vai passar a ter um grande evento internacional na península. Uma parceria com a Federação Portuguesa de ciclismo e também com os municípios de Setúbal e Sesimbra e o protocolo implica a pagar os 10.000,00 já este ano.
- Pequenos reforços para uma ação nova, que vai acontecer no início de Junho – O Pinhal Novo Night Run - uma corrida de massas, que serão 1.900,00€.

- No plano de promoção da eficiência energética, para além do volume de investimento previsto nas candidaturas, houve agora a necessidade para as candidaturas de 15 edifícios, em que são necessárias auditorias com especialização, que custará 6.000,00€.
- Lâmpadas LED 2.200,00€.
- Conservação permanente da rede viária, 29.000,00€.
- Reforço para uma 1ª intervenção do 3º troço da municipal 533, mais 50.000,00€.
- Aluguer de maquinaria, 15.000,00€.
- Calçadas e lancilagem, 30.000,00€.
- Reforço nas soluções de transporte flexível em território periurbano, que tem que ver com o estudo que também está candidatado a fundos, que é um estudo de mobilidade que interessa de facto, também a estas freguesias que vai incidir sobretudo na zona da Quinta do Anjo e nas freguesias de Marateca e Poceirão.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que as questões na generalidade foram bastante bem delineadas, portanto, sendo esta uma 2ª alteração ao orçamento onde o PS se absteve por considerar que em algumas funções sociais teria outras opções; no entanto, perante estas questões e saudando, desde já, a chegada dos primeiros veículos totalmente elétricos à autarquia (apesar de não terem 4 rodas), irão votar favoravelmente, tendo em conta que são questões meramente operacionais que decorrem do funcionamento da autarquia e da gestão da maioria.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que irá abster-se nesta proposta, pois votou contra a proposta de Orçamento para 2017. Esta é uma mera alteração. De qualquer forma, as quantias não são muito elevadas, mas quer em relação à Associação de Municípios da Região de Setúbal, quer em relação à Associação Intermunicipal, questiona se há algum projeto diferente daquele que já estão envolvidos, para que se consiga perceber o motivo do reforço.

O **Sr. Presidente** refere que é uma percentagem do orçamento de Estado, logo é um acerto. Estes acréscimos (1.501,00€ e 492,00€) têm que ver com a adequação. A comparticipação da Câmara é uma percentagem da verba recebida do Orçamento Geral do Estado e como houve um ligeiro acréscimo há também uma necessidade de acerto.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pela **Sra. Vereadora Adília Candeias** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área da engenharia geográfica.

PROPOSTA N.º DADO_DRH 01_04-17:

«Considerando que:

De acordo com o preceituado no art.º 51º, nºs 1, 5 e 7 da Lei nº 42/2016, de 28 dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2017 (LOE/2017), nos Municípios o parecer prévio vinculativo de que carece a celebração dos contratos de prestações de serviços, designadamente, na modalidade de avença, é da competência da Câmara Municipal.

O parecer em causa depende da verificação cumulativa dos requisitos previstos no nº 2 do referido art.º 51º, da LOE/2017, conjugado com o art.º 32º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, estando as autarquias locais dispensadas de consultar o INA para aferição de inexistência de pessoal apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, em situação de requalificação, na sequência do despacho n.º 2556/2014 proferido pelo então Secretário de Estado da Administração Pública, em 10 de julho de 2014, cujo teor foi comunicado aos municípios através de ofício remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Realça-se que no âmbito das autarquias locais os termos e a tramitação do parecer prévio, com vista à celebração de contratos de prestações de serviços, não se encontra regulamentado, conforme previsto no nº 1 do art.º 6º, do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 de setembro. Contudo, e uma vez que em 2016 foi publicada a Portaria nº 194/2016, de 19 de julho, com âmbito de aplicação objetiva aos serviços da administração central, a mesma será tomada como referência no âmbito da presente apreciação.

Assim e tendo em vista a contratação de entidade com vista à prestação de serviços na área da engenharia geográfica, **propõe-se**, ao abrigo dos nºs. 1, 2, 6 e 7 do art.º 51º da LOE/2017, que a Câmara Municipal de Palmela delibere emitir parecer prévio favorável, com fundamento no seguinte:

1. A atividade do município e a correspondente prossecução do interesse público determinam a necessidade da autarquia se encontrar dotada de profissionais aptos à prestação de serviços na área de engenharia geográfica, designadamente em sede conceção e gestão de procedimentos de delimitação administrativa, produção e atualização de cartografia e atualização de informação no SIG.
2. Face à carência de recursos técnicos internos na área da engenharia geográfica é imperioso recorrer à contratação de serviços externos para que, em plena disponibilidade e de forma qualificada, seja promovida a avaliação da necessidade de produção/atualização de cartografia, assegurando o respetivo acompanhamento de todas as fases de homologação da mesma, bem

como a orientação técnica em procedimentos de delimitação administrativa e processos de atualização de informação no sistema de informação geográfica e a elaboração de informações, pareceres e propostas na área da engenharia geográfica.

3. O serviço deverá ser prestado com autonomia não se encontrando por definição sujeito à direção da entidade contratante e não impondo o cumprimento de qualquer horário de trabalho, não sendo conveniente o recurso à modalidade de relação jurídica emprego público constituída ou a constituir, face à inexistência de pessoal habilitado para o efeito a que se alia a multiplicidade e complexidade dos serviços a contratar e a necessidade de plena disponibilidade no sentido de, a todo o tempo, poder responder de forma integral às exigências de serviço, sendo de imputar à contraparte os custos e encargos, designadamente, despesas com deslocações e comunicações.

4. A empresa Estação Azul - Consultoria na Gestão do Território, Unipessoal LDA, tem assegurado com elevada qualidade a prestação dos serviços naquela área de engenharia geográfica, ao abrigo de contrato celebrado em setembro de 2016, que caducará os seus efeitos no início do próximo mês de março, havendo manifesto interesse público em dar continuidade ao regime de avença.

5. O procedimento proposto para ser desencadeado com vista à contratação em regime de avença é o de ajuste direto, com consulta a uma prestadora de serviços detentora das qualificações técnicas e experiência exigidas, de acordo com o previsto na al. a) do nº 1 do art.º 16º e na al. a) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, que se mostra ser o procedimento mais adequado pelas razões enunciadas nos pontos nºs 1 a 4 da presente proposta.

6. A identificação da contraparte, prestadora de serviços, a convidar no âmbito do procedimento por ajuste direto a desencadear, que comprovadamente tem regularizadas as suas obrigações fiscais e à segurança social, é a seguinte:

- Empresa Estação Azul - Consultoria na Gestão do Território, Unipessoal LDA, com sede na Associação Centro de Incubação de Empresas da Base Tecnológica Vasco da Gama, Zil 2, Lote 122 – A, 7520-309 Sines.

7. O contrato que eventualmente possa vir a ser celebrado terá a duração máxima de 24 meses, com início após a adjudicação, cujo preço global máximo estimado é de € 13.200,00 (treze mil e duzentos euros), acrescido de IVA, a que corresponderá o valor mensal máximo de € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros), sendo o encargo mensal exatamente igual ao valor contratualizado em 2016, com a mesma contraparte e objeto, em observância da condição estatuída no art.º 49º, nºs 2 e 15 da LOE/2017.

8. A despesa a realizar tem cabimento orçamental na rubrica 02.07/01.01.07.»

Sobre a proposta de Parecer prévio com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, na área da engenharia geográfica numerada DADO_DRH 01_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a conceção e a atualização de informação no SIG além de ser muito especializada, não é tão pouco complexa ou tão simples como isso. Por esse motivo questiona se o valor de 550,00€ mensais seria suficiente e se no concelho de Palmela não havia prestadores de serviços capazes de fazer essa tarefa.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que embora seja um serviço muito especializado, considerando outras necessidades, este serviço não é para ser prestado a tempo inteiro. Ou seja, há outros recursos humanos que fazem uma série de tarefas e esta é complementar numa área muito específica de engenharia geográfica, como já aqui foi referido.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que o caso concreto da proposta que vem a seguir esteve suspenso durante dois anos porque a Engenheira geógrafa esteve de baixa. É um trabalho profundo, de grande complexidade, mas não é para ser realizado todos os dias.

O **Sr. Presidente** refere que vai garantir a resolução da questão da homologação da cartografia, que tem planos, tem momentos, tem peças que têm que ser trabalhadas, mas não é propriamente um trabalho contínuo, diário. É mais no âmbito da homologação da cartografia, porque depois as outras tarefas estão penalizadas.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a sua dúvida se centrou pelo facto de ser um trabalho tão técnico e tão complexo.

O **Sr. Presidente** refere que talvez seja por isso que é tão difícil fazer uma contratação na área e porque a anterior engenheira tenha rescindido com a Câmara.

A **Sra. Vereadora Adília Candeias** refere que no privado estes técnicos são mais bem remunerados. A contratação também não foi fácil de fazer porque não é um trabalho a tempo inteiro e porque nem todas as pessoas dão garantias de que conseguem executar o serviço, e dentro das datas propostas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

GABINETE DE ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Processo de delimitação administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

PROPOSTA N.º DADO_GOSI 01_04-17:

«A criação da freguesia de Poceirão através da Lei n.º 67/88, de 23 de maio, não foi acompanhada da atualização das matrizes das propriedades rústicas, situação que impossibilita a correta identificação da freguesia nas transações de propriedades e impede a União de Freguesias de Poceirão e Marateca de receber a sua quota-parte do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios rústicos situados na área da freguesia.

O Município de Palmela, como parte interessada, e sob a orientação técnica da Direção Geral do Território tem estado a desenvolver os trabalhos preparatórios do Procedimento de Delimitação Administrativa (PDA) relativo ao troço entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca, em estreita colaboração com as juntas de freguesia abrangidas pelo PDA.

Assim, e tendo em consideração que:

- é comumente reconhecida a necessidade de retificação das freguesias dos prédios rústicos afetados pela alteração administrativa realizada pela Lei n.º 67/88, de 23 de maio, uma vez que irá permitir agilizar os procedimentos administrativos que impendam, no futuro, sobre os prédios rústicos afetados e permitir à União de Freguesias de Poceirão e Marateca arrecadar a receita do IMI que lhe é devida;
- os trabalhos de delimitação administrativa entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca tiveram em conta a evolução, entretanto ocorrida, no ordenamento do território, nomeadamente com a construção do loteamento conhecido como “Golfe do Montado” e a divisão de responsabilidades ao nível da gestão do espaço público, entre as freguesias envolvidas;
- a alteração proposta, face aos limites da atual CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal, não é expressiva, uma vez que está circunscrita a uma pequena área situada no interior do loteamento “Golfe do Montado”;
- tal retificação de limite só é possível mediante a concordância das juntas de freguesias em questão e do Município de Palmela, devendo para o efeito pronunciar-se os respetivos órgãos eleitos, conforme estabelecido no art.º 14º do Decreto-lei n.º 172/95, de 18 de julho;
- os órgãos eleitos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca aprovaram o limite proposto, respetivamente nos dias 26/12/2016 (órgão executivo) e 28/12/2016 (assembleia de freguesia);

- os órgãos eleitos da Freguesia de Palmela aprovaram o limite proposto, respetivamente nos dias 13/12/2016 (órgão executivo) e 23/01/2017 (assembleia de freguesia);

entende-se que estão reunidas as condições legais para que o Município se pronuncie sobre o limite em questão.

Propõe-se, assim, que nos termos do art.º 14º do Decreto-lei n.º 172/95, de 18 de julho, a Câmara Municipal aprove a delimitação em anexo, relativa ao Procedimento de Delimitação Administrativa do troço entre a União de Freguesias de Poceirão e Marateca e a Freguesia de Palmela e a submeta a posterior deliberação da Assembleia Municipal.

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- “Memória Descritiva”,
- Cartografia com o limite proposto intitulada “Processo de Delimitação Administrativa, Limite Administrativo – Freguesia de Palmela e União de Freguesias de Poceirão e Marateca”,
- Deliberações dos órgãos eleitos da União de Freguesias de Poceirão e Marateca,
- Deliberações dos órgãos eleitos da Freguesia de Palmela.»

Sobre a proposta de Processo de delimitação administrativa relativo ao limite entre a Freguesia de Palmela e a União de Freguesias de Poceirão e Marateca numerada DADO_GOSI 01_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que é de saudar o entendimento entre as freguesias para a delimitação das mesmas, porque, de facto, era uma luta que havia com a anterior junta de Freguesia da Marateca e Palmela na definição das limitações dessas áreas, até, porque implica, como é referido na proposta, o IMI rústico que tanta falta faz agora no caso da União de freguesias de Poceirão e Marateca. Portanto, nesse sentido congratula a proposta e informa que votarão favoravelmente.

Não é possível transcrever a intervenção do **Vereador Paulo Ribeiro** porque não existe áudio para o efeito.

O **Sr. Presidente** esclarece que só quase em 2009, o IGP permitiu que se pusesse em marcha este processo. Com questões muito complicadas nos limites, na cartografia, assumindo a autarquia todo o trabalho de cadastro. Ainda assim, houve um caminho difícil de percorrer que depois com a União de Freguesias a situação parecia complicar-se um pouco mais, mas está feito e está também corrigida esta situação, para que a União de Freguesias receba o IMI rústico todo e não haja Palmela a receber uma parte que é a sua.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que, de acordo com a lei, os limites não foram considerados para a constituição da Freguesia de Poceirão em termos do que seria o cadastro.

Depois há também uma grande desconformidade entre o que são as informações canalizadas entre a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto dos Registos e Notariado, portanto, como é que duas instituições que estão no topo da administração pública não se conseguem entender, não conseguem articular. Têm informações que são fundamentais para uma e para outra e não se articulam, criando aqui a necessidade de recorrer a um nível mais abaixo. Ainda vai haver um acerto em Pegões, porque na altura não havia disponibilidade da parte do Montijo para um levantamento topográfico, mas serão pormenores rapidamente ultrapassáveis. E no final ainda terá que ir à Assembleia da República, que tem a competência de decidir.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Lares Ferroviários.

PROPOSTA N.º DEIS 01_04-17:

«A Associação dos Lares Ferroviários é uma IPSS fundada em 1973, com início da atividade registada a 23 de abril de 1985, que tem como objetivo principal promover o bem-estar dos ferroviários e das suas famílias.

Os primeiros 20 anos de existência da Associação foram dedicados à angariação e mobilização de recursos financeiros e materiais, através das quotizações dos sócios e donativos de vária natureza, trabalho que resultou na criação do primeiro Lar dos Ferroviários, localizado no Entroncamento. Com efeito, esta é uma IPSS que procura a criação de uma rede de equipamentos sociais de âmbito nacional, com resposta de Lar, visando assegurar, aos seus associados, a integração em residências com toda a qualidade, segurança, conforto e bem-estar.

No caso específico da intervenção desta Associação no concelho de Palmela, a vontade em criar um equipamento com a resposta social de Lar data de 2001, altura em que se iniciaram as primeiras diligências para a concretização deste projeto. No ano de 2008, a Associação cimentou a primeira pedra para a construção do Lar. Porém, a não aprovação da candidatura ao abrigo do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais PARES I e o agravamento do contexto económico conduziram ao abrandamento do ritmo de trabalho deste projeto. Nos anos 2015 e 2016, o projeto é concretizado prevendo-se para o primeiro trimestre

de 2017 a inauguração de um equipamento social designado por Residência Sénior, com capacidade para 75 camas.

Trata-se, efetivamente, de um investimento significativo com um valor de cerca de dois milhões de euros, encontrando-se ainda em curso a adjudicação para o apetrechamento do equipamento num montante de cerca de cento e setenta e cinco mil euros.

Assim, tendo em conta o exposto e considerando que a instituição:

- atesta um dinamismo e uma preocupação continuada na procura de respostas e soluções que vão ao encontro das necessidades das pessoas idosas;
- assegura ao concelho de Palmela a criação de uma resposta social há muito reivindicada e diagnosticada como sendo insuficiente nos instrumentos de planeamento no âmbito da rede social;
- disponibiliza, para encaminhamento pelos serviços de intervenção social do município, 10 vagas nesta Residência Sénior;
- contribui para a promoção da empregabilidade prevendo-se a constituição de uma equipa com cerca de 50 trabalhadores;

Propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros) à Associação dos Lares Ferroviários, destinado a minimizar as despesas decorrentes com a ligação de águas residuais, pluviais e domésticas.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação dos Lares Ferroviários numerada DEIS 01_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que irão votar favoravelmente. Trata-se de uma resposta de qualidade, é a uma resposta social cuja necessidade está a auscultada. Parte do esforço de uma associação. A forma de apoio é adequada, é como se fosse uma isenção. Questiona como é feito este encaminhamento, pelos serviços de interesse social do município, destas 10 vagas de residência sénior.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que estas 10 vagas fazem parte de uma declaração de intenções que foi reiterada pela direção da Associação dos Lares Ferroviários. A forma como se irá articular, logo se verá.

O **Sr. Presidente** refere que os serviços municipais de intervenção social, à semelhança do que já fazem com outras instituições, tiveram protocolos semelhantes com município por via da participação do município nestes processos. Recorda a cedência do terreno, a isenção de taxas. Este apoio foi feito por uma questão de transparência. Para se perceber que mesmo aquelas ligações têm um custo e que se fossem feitas pelos serviços do município, ou pelo empreiteiro que trabalha para o município, aquilo que é um valor de acordo com o regulamento. Esta

contrapartida também de abertura à comunidade, os serviços à semelhança do que fazem já com outras instituições, irão sinalizar no âmbito até dos atendimentos sociais e do acompanhamento que fazem na rede social e nas comissões sociais de freguesia e encaminham porque, de facto, as instituições precisam de utilizadores que tenham capacidade para pagar as mensalidades, para poderem também acolher outros que têm outras necessidades, que são mais vulneráveis e que não podem pagar essas mensalidades. Mas os critérios ainda não estão suficientemente trabalhados.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à União Social Sol Crescente da Marateca.

PROPOSTA N.º DEIS 02_04-17:

«A União Social Sol Crescente da Marateca (USSCM), é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída em 1986 (Publicação em Diário da República, III Série – n.º 89 – 1986), com o NIPC 502220104, com sede na Rua Alberto Valente nº 9, Águas de Moura, e que tem por objeto a realização de obras de solidariedade social.

Trata-se de uma instituição com um percurso consolidado e com um histórico firmado na União das Freguesias de Poceirão Marateca e que mantem fortes relações de cooperação com as entidades e com a comunidade envolvente.

A sua intervenção centra-se nas áreas do cuidado das pessoas idosas, crianças, jovens e famílias, dispondo de dois principais equipamentos para o desenvolvimento da sua atividade, designadamente a "*Brisa da Marateca*", na área da intervenção com idosos e os "*Cenourinhas*" na área da infância.

No equipamento social "*Os Cenourinhas*", urge uma rápida intervenção no equipamento de jogo e recreio, apesar da instituição procurar cumprir as observações e recomendações que a CMP emana ao nível da aplicação da legislação em vigor, designadamente no que diz respeito à conservação, limpeza e segurança dos espaços.

Trata-se de uma intervenção que se estima com um custo de 7.820,96 €, de acordo com o orçamento apresentado, importância significativa para a Instituição, considerando os valores negativos das demonstrações de resultados de 2014 e 2015.

Assim, tendo em conta o exposto e considerando que a instituição:

- apresenta um histórico de intervenção atestando uma dinâmica social local concertada e cooperante, sendo a sua importância reconhecida naquele lugar;

- tem um papel determinante no desenvolvimento social da freguesia contribuindo para a promoção do bem-estar e para a minimização das dificuldades sentidas pela comunidade;
- é uma IPSS que assegura um conjunto de importantes serviços de solidariedade social, sem fins lucrativos, e que o equipamento “Os Cenourinhas” representa uma resposta social relevante;
- necessita de uma rápida intervenção naquele equipamento de jogo e recreio, para que se cumpram os requisitos legais e para que as crianças usufruam daquele espaço com a devida qualidade e segurança;

propõe-se, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), à União Social Sol Crescente da Marateca, destinado a comparticipar nas despesas decorrentes da aquisição/remodelação do equipamento de jogo e recreio.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à União Social Sol Crescente da Marateca numerada DEIS 02_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que é indiscutível a questão da importância do papel desta IPSS, assim como é indiscutível a necessidade da intervenção neste equipamento de jogo e recreio. Não só para que cumpram os requisitos legais, mas sobretudo para uma segurança que seja diária e para uma qualidade que seja minimamente equitativa em relação a outras respostas que existem noutras áreas do concelho.

A informação técnica que acompanha esta proposta direciona-se para a justiça desta necessidade, mas depois há aqui uma discrepância, a instituição solicitou ao município a instalação deste equipamento e diz claramente que tem um valor total 7.820,00€. Depois há uma décalage 5.000,00€, que não se sabe como é que a instituição vai comparticipar esta parte, ou estes 2.500,00 são direccionados para o apoio à atividade da instituição, ao pagamento das dívidas, ou seja o que for; ou não há lógica de ir para o equipamento quando a instituição não o consegue pagar na íntegra.

Sugere que seja a autarquia a financiar na totalidade este equipamento, talvez se não comprar uma ou outra figura do Presépio do Centro Histórico. Votarão favoravelmente apesar de não compreenderem como a instituição irá conseguir o valor remanescente.

O **Sr. Presidente** refere que o objetivo da autarquia é comparticipar, fazendo parte da solução. Não cumpre à autarquia pagar equipamentos e fazer remodelação de equipamentos de qualquer instituição. Compete à autarquia, conhecendo as prioridades das instituições e as necessidades, como também haverá instituições que querem uma carrinha e a autarquia comparticipa. No âmbito das atribuições e competências da autarquia poderá haver essa discricionariedade de apoios pontuais, que é um fator muito positivo. Quanto à questão das opções, o executivo assume claramente que é competência da autarquia promover a animação

e desenvolvimento socioeconómico do centro histórico de Palmela, mas não é competência da autarquia financiar as IPSS, é competência da Segurança Social. Para além das instituições terem de garantir a sua própria autossustentabilidade.

No caso das associações ligadas à atividade social, há algumas propostas de apoio que são aliás fixadas anualmente. Mas nesta matéria, o dever da autarquia é compartilhar. Se a Entidade não tiver condições para fazer aquela remodelação, naturalmente, também não fará sentido o subsídio seguir. Mas a Câmara tem de ter a garantia que a Entidade vai conseguir outros apoios junto de mecenas ou de outras instituições para fazer a remodelação do espaço de jogo e recreio. Há responsabilidades, há atribuições, há competências e a autarquia sabe os recursos que pode afetar a cada área.

Que fique claro que este é, um apoio pontual, extraordinário, que já havia sido contemplado aquando da aprovação da alteração ao orçamento.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que é perfeitamente normal que haja por parte da Câmara uma participação, porque tem de haver um esforço, e a Tutela deveria criar canais para poder apoiar as IPSS que estão na 1ª linha da defesa das pessoas com dificuldades sociais, seria positivo que houvesse um novo PARES.

O **Sr. Presidente** esclarece que o PARES era um programa de apoio a equipamentos de natureza social, financiado pelo Estado e, eventualmente, pela União Europeia; que entretanto, desapareceu nos últimos anos. A Câmara já apresentou uma posição política e uma moção de apelo ao Instituto da Segurança Social e ao Governo, para que retome, e se for necessário que se candidatem a fundos comunitários. Esses programas seriam importantes para a Península de Setúbal, em particular para esta zona a sul da Área Metropolitana de Lisboa, um novo programa para as áreas dos diagnósticos sociais de cada concelho consideradas prioritárias. As instituições precisam de reabilitar as suas instalações, porque umas vezes têm mais miúdos outras têm mais idosos, outras têm mais necessidade de creche. Se houvesse um programa desses, aí sim, a Segurança Social e o país estavam a responder como deve de ser às necessidades das instituições. A Câmara, que está mais perto, está sempre disponível para compartilhar e fazer parte da solução.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a própria União Social Sol Crescente da Marateca, até tem um terreno disponibilizado para a construção do Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, também necessita de uma nova via de financiamento, por parte da Segurança Social para essa construção. A Câmara está convicta que esta Associação, tal como outras IPSS o fizeram no passado, terá capacidade junto de mecenas, junto da comunidade para ultrapassar esta diferença. Porque não é só com o apoio do município que a IPSS pode ou deve contar.

O **Sr. Presidente** refere que o município não municipalizou as IPSS. O município não tem de pagar as despesas das IPSS. O município, por exemplo, também tem nos seus equipamentos educativos, um conjunto de remodelações de espaços de jogo e recreio para fazer e, seria

positivo fazer tudo num ano só, mas está a ser feito todos os anos, priorizando aqueles que precisam mais rapidamente ser substituídos. O município, primeiro, nos equipamentos que são da sua responsabilidade, escolas do 1º ciclo e pré-escolar, porque tem de os ter em condições e não tem dinheiro para fazer tudo de uma só vez e, portanto, não vai deixar de alocar dinheiro para aquilo que são as suas responsabilidades, para pagar na íntegra as instituições, por muito mérito que tenham e que desenvolvem para a comunidade.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_04-17:

«Nos dias 4 e 5 de março de 2017, Palmela acolhe as provas de Ciclismo de Estrada, “Clássica da Arrábida” e “Granfondo da Arrábida”, numa organização conjunta entre a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

A realização destes eventos visa afirmar a região como um destino privilegiado para a prática do ciclismo e do turismo em bicicleta, onde o desporto, a natureza e a cultura podem conviver em harmonia, atraindo não só o universo de ciclistas profissionais, nacionais e internacionais, mas também praticantes amadores, populares e turistas em bicicleta com interesse na modalidade e na região.

Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento desportivo concelhio e a realização de iniciativas que projetem e dinamizem a atividade turística e por consequência a promoção e incentivo da economia local;
- desde a implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX e Clototurismo;

- a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, enquanto pessoa coletiva de fim associativo, que tem como objetivo, entre outros, a promoção, regulamentação e direção, a nível nacional, da prática do ciclismo em todas as suas especialidades e vertentes, tem sido parceira do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 2, do artigo 23.º, da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigos 6.º, 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do contrato-programa em anexo, e que faz parte da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização das provas “Clássica da Arrábida” e “Ciclodesportiva da Arrábida - Granfondo da Arrábida”.»

Sobre a proposta de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo numerada DCDJ 01_04-17 intervém:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** explica que este contrato programa de desenvolvimento desportivo prevê a contratualização de 3 grandes provas de ciclismo internacional, inscritas no calendário da União Ciclista Internacional e a realização de 3 provas de ciclismo popular. Tudo isto a inserir no programa Cycling Portugal, da Federação Portuguesa de Ciclismo, que tem por objetivo promover o ciclismo enquanto produto turístico, atraindo praticantes e amantes do ciclismo a esta região e, contribuir, para a promoção do desporto e do turismo, potenciando enquanto vetor de desenvolvimento turístico e económico. A 1ª destas duas provas vai realizar-se nos dias 4 e 5 de março deste ano. Também neste protocolo está associado o compromisso por parte da Federação Portuguesa de Ciclismo de elaborar um dossier com vários percursos cicláveis na Arrábida, que irão conter o mapeamento e a classificação do percurso para a prática do ciclismo de estrada, na região da Arrábida. Está previsto também a publicação de quatro percursos cicláveis de estrada com partida e chegada de cada um destes 3 municípios e 1 com ligação aos 3 municípios. No ano de 2019 será publicado um dossier, com os percursos cicláveis, com toda a caracterização da região da Arrábida, segundo os critérios do guia orientador de ciclismo e dinamização da atividade turística. Portanto, parece um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que vai ao encontro dos objectivos da autarquia, de promoção da prática desportiva, neste caso, do ciclismo, mas também de interpretar o ciclismo como veículo de promoção e desenvolvimento turístico.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Tarifa de inscrição no 15.º Curso sobre Ordens Militares.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_04-17:

«O 15.º Curso sobre Ordens Militares, que decorrerá entre nos dias 11 e 12 de março de 2017, na Biblioteca Municipal de Palmela, integra-se na estratégia de trabalho do Município, através do Gabinete de Estudos sobre Ordem de Santiago (GEsOS) e centra-se, este ano, no tema «Judeus e Muçulmanos em Terras das Ordens Militares. Períodos Medieval e Moderno».

Esta edição do curso anual do GEsOS é realizada sob coordenação científica do CIDEHUS/Universidade de Évora, com o qual o município tem um acordo de colaboração.

As sessões teóricas serão complementadas com uma visita guiada ao Espaço Cidadão de Palmela e a vários locais e monumentos de Évora.

Por forma a comparticipar as despesas de realização do Curso, e ao abrigo da alínea e) do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se:**

- a) a aplicação de uma tarifa de 10,00 € (dez euros) para o público em geral, com uma redução dessa tarifa em 50%, isto é, no valor de 5 € (cinco euros) para alunos e professores de fora do concelho, membros do GEsOS e sócios do Grupo de Amigos do Concelho de Palmela;
- b) a inscrição gratuita para professores que lecionam em estabelecimentos de ensino do concelho e para alunos que residem ou estudam no concelho de Palmela;
- c) desconto de 10% nas tarifas mencionadas na alínea a) para portadores do Palmela Tourist Card;
- d) Desconto dos portadores do Cartão Municipal IDADE MAIOR.

As tarifas estão isentas de IVA, de acordo com o n.º 14.º do artigo 9.º do Código do IVA.»

Sobre a proposta de Tarifa de inscrição no 15.º Curso sobre Ordens Militares numerada DCDJ 02_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que na alínea D diz: “ Desconto dos portadores do Cartão Municipal IDADE MAIOR”. Questiona qual é o valor da percentagem, não está referido.

O **Sr. Presidente** refere que o Cartão Municipal IDADE MAIOR tem dois escalões e essa percentagem está patente no regulamento do cartão.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 8 – Hasta Pública – Atribuição de direito de ocupação de espaços de venda do Mercado Municipal de Palmela (n.º 6 e n.º 14).

PROPOSTA N.º DCTEL 01_04-17:

«Considerando que os mercados municipais são estruturas de indiscutível relevância no concelho e fator de dinamização e atração do local onde se inserem, pretende-se que estes equipamentos sejam cada vez mais apelativos, diversificados, favorecedores de criação de postos de trabalho e consequente crescimento económico visando a sua sustentabilidade.

Considerando ainda, que a gestão dos mercados municipais compete à Câmara Municipal e estes regem-se pelo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais (RMRM), a atribuição do direito de ocupação deverá efetuar-se através de hasta pública.

Propõe-se, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 7.º, do RMRM, a realização de hasta pública para atribuição do direito de ocupação dos espaços de venda abaixo indicado e com as seguintes características:

Mercado Municipal	Espaço de venda	Ramo/atividade económica	Base de licitação	Lance
Palmela	N.º 6 (loja)	Cafetaria	€ 300,00	€ 50,00
Palmela	N.º 14 (loja)	Tabacaria/papelaria/ produtos regionais*	€ 300,00	€ 50,00

* Ou outra atividade compatível com a infraestrutura e condições existentes no espaço de venda.

Propõe-se, que as hastas públicas sejam promovidas e dirigidas por uma Comissão, constituída pelos seguintes elementos:

- a) Elementos efetivos: Ana Paula Magalhães, Chefe da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local; Luís Vaz Pereira, Técnico Superior (Médico Veterinário) da Divisão de Espaço Público e Jorge Pastor, Assistente Técnico da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local;
- b) Elementos suplentes – Casimiro Amores, Encarregado Operacional da Divisão de Comunicação, Turismo e Economia Local e Sandra Paulino, Técnica Superior do Gabinete de Apoio às Empresas e Promoção do Investimento.

Propõe-se ainda, que sejam conferidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara, para a marcação de data, hora e local para a realização do ato público, a ser divulgado por edital.»

Sobre a proposta de Hasta Pública – Atribuição de direito de ocupação de espaços de venda do Mercado Municipal de Palmela (n.º 6 e n.º 14) numerada DCTEL 01_04-17 intervêm:

O **Sr. Presidente** pede para que se refira o valor das bases de licitação e lances.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que as bases de licitação são no valor de 300,00€ para cada uma das lojas e os lances são de 50,00€.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 9 – Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal.

PROPOSTA N.º DCTEL 02_04-17:

«Desde a sua fundação, em 15 de julho de 1987, a AADS – Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal tem desenvolvido um trabalho ímpar no apoio aos pequenos agricultores do concelho de Palmela e tem representado este importante setor económico em diversas organizações regionais como a ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, e nacionais, como a Confederação Nacional dos Agricultores, de quem é associada e membro da direção. Tem, igualmente, participado na implementação do PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal.

A Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal presta, também, no quadro das suas atribuições, um conjunto de serviços às explorações agrícolas que contribuem, de forma efetiva, para a sustentabilidade do território, sendo corresponsáveis pelo desenvolvimento rural no concelho de Palmela.

A Câmara Municipal de Palmela entende que a agricultura familiar é extremamente importante para manter vivo o espaço rural e que a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal tem um papel determinante no apoio e dinamização deste setor que garante a sustentabilidade do território, pelo trabalho de proximidade que desenvolve junto dos pequenos agricultores.

Face ao exposto, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo de Cooperação com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Palmela e a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal numerada DCTEL 02_04-17 intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** refere que é interessante este protocolo com a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal. Questiona, se os pequenos agricultores ou quem faça agricultura familiar, se sentir necessidade destes apoios, a partir de quando é que podem dirigir-se à Associação para requerer.

O **Sr. Presidente** refere que a Associação está a funcionar e os Agricultores poderão dirigir-se à Avenida de Palmela, nº 14, em Poceirão, na antiga Hortisete. Lá encontrarão serviços administrativos e técnicos que já prestam esses serviços. Este protocolo, comparativamente com outros que fizeram no passado, tem duas diferenças (uma positiva e uma negativa): primeiro, o valor não é tão generoso como foi nos outros tempos, mas clarifica melhor os apoios que a Associação hoje presta e que às vezes passam despercebidos, são muito importantes, sobretudo, para os pequenos agricultores, que têm mais dificuldade nos processos, naturalmente, muitos complexos e burocráticos para terem as suas explorações os seus produtos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e cinco minutos do dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dezassete, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco